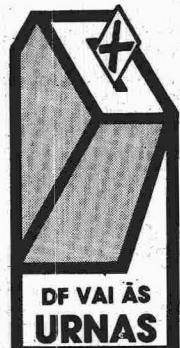


Supremo confirma candidatura de Roriz

João Aurélio de Abreu



O candidato da Frente Comunidade, Joaquim Roriz, teve ontem confirmada a sua candidatura pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Por 9 votos a 2, os ministros negaram provimento ao recurso apresentado pelo PSDB contra a decisão do TSE, que já havia concedido o registro a Roriz. A decisão do STF é definitiva e não há mais onde recorrer.

O argumento apresentado pelo relator do processo, ministro Paulo Brossard, foi o de que a norma constitucional invocada pelo PSDB impedia a reeleição de governadores, o que não poderia ser aplicado ao caso de Roriz, porque quando ele assumiu o cargo o fez sem ter a certeza de quando encerraria o seu mandato, uma vez que estava exercendo um cargo de confiança do Presidente da República e poderia ser demitido a qualquer tempo.

Os únicos ministros que votaram contra a candidatura de Roriz foram José Paulo Sepúlveda Pertence e Celso de Melo. Para este último, o texto constitucional tinha o objetivo de "repudiar o abuso do poder administrativo". Para ele, não se poderia fazer distinção entre o governador nomeado e o governador eleito. Além disso, o mandato do governador, na sua opinião, deveria ser contado como de quatro anos, e se encerraria ape-

nas com a mudança do Governo Federal.

Sepúlveda

Para o ministro José Paulo Sepúlveda Pertence, o que importava no caso Roriz não era o tempo de mandato, mas de que tipo de poder ele estava investido na condição de governador do Distrito Federal. Segundo Sepúlveda, apesar de ser um governador nomeado, ele tinha todos os poderes de um governador eleito e ainda poderia exercer as funções típicas de um Poder Legislativo, que na época de seu mandato não existia.

O ministro Moreira Alves afirmou que a autonomia do Distrito Federal só ocorrerá quando houver a posse do governador eleito e da Câmara Legislativa. Por isso, não se poderia considerar Roriz inelegível por ter recebido poderes legislativos. Para ele, o mais importante ainda era a questão do período em que ele exerceu o mandato. "Como a Constituição fala em impossibilidade de se eleger para o mandato subsequente, deveria haver um período antecedente, o que não está definido em nenhuma norma, uma vez que ele poderia ser demitido a qualquer tempo", comentou.

Por sua vez, o presidente do TSE, ministro Sydney Sanches, que é membro do STF, ressaltou que o último governador nomeado do Distrito Federal não foi Roriz, mas sim o atual ocupante do cargo, Wanderley Vallim. Desta forma, ele não poderia ser inelegível, por que não estaria se candidatando a sua própria sucessão.

Para o presidente do STF, a autonomia do Distrito Federal só ocorrerá com a posse da Câmara Legislativa e até lá não se teria como medir o tempo de mandato do governador.

Candidato comemora na rua

"A decisão do STF vem demonstrar que estávamos buscando uma postulação legal". Essa foi a reação do candidato Joaquim Roriz (PTR-Frente Comunidade) ao saber do resultado do julgamento realizado ontem no Supremo Tribunal Federal, que ratificou a sentença do TSE, considerando-o elegível para o cargo de governador do Distrito Federal. Ao contrário do julgamento do TSE, quando Roriz acompanhou voto por voto de sua casa, através da TV e do telefone, o julgamento de ontem não alterou a rotina do candidato. Roriz soube do resultado (nove a dois) na rua, através de uma assessor.

Joaquim Roriz avalia que o resultado positivo no STF fará cres-

cer ainda mais a sua candidatura. Ele acredita que os eleitores ainda indecisos terão agora certeza que sua postulação é legítima. "Ficará ainda mais fácil buscar os votos nesses últimos dias da campanha eleitoral", disse o candidato sorrindo, acrescentando que nas próximas 48 horas as suas intenções de voto poderão ultrapassar a casa dos 60%.

A assessoria do candidato pretende usar o resultado do julgamento do STF no programa do horário eleitoral gratuito do TRE, sustentando que os adversários de Roriz tentaram de tudo para tirá-lo da campanha, inclusive o "tape-tão", mas não conseguiram.



Por nove votos contra dois, o Supremo decidiu confirmar a candidatura de Roriz para o GDF

Indecisos não causam preocupação

"Se eu perder todos os indecisos e todos eles forem para os meus adversários ou mesmo se concentrarem em apenas um dos adversários eu ainda ganho a eleição no primeiro turno". Essa foi a reação do candidato Joaquim Roriz (PTR-Frente Comunidade) ao receber os resultados da pesquisa divulgada ontem pela MSC-Estudos de Mercado e Opinião, no qual ele subiu quase um ponto percentual, passando de 54,9% das intenções de voto para 55,4%.

A pesquisa, realizada nos dias 24 e 25, com um total de 1 mil e 200 entrevistas em 14 áreas do DF, demonstrou o crescimento de todos os candidatos ao GDF, a exceção de Elmo Serejo Farias (MLP), que caiu 0,2%, passando de 7,8% para 7,6%. Maurício Corrêa continua em segundo lugar. As intenções de voto para ele subiram de 8,2% para 9,5%. Carlos Saraiva (PT) subiu de 6,3% para 6,6%. O número de indecisos, segundo a MSC, caiu de 16,2% para 14,3%, enquanto que os votos brancos e nulos subiram de 6,3 para 6,7%.

Otimista com a possibilidade de vitória no primeiro turno, Roriz chegou a afirmar que suas intenções de voto podem cair cinco pontos; seus adversários podem conquistar todos os indecisos ou convencer quem já definiu que vai votar em branco ou anular o voto. "Mesmo assim eu ganho no primeiro turno com mais de 50% dos votos válidos", disse o candidato.

O candidato apoiado por Roriz ao Senado, Valmir Campelo (PTB), também cresceu na pesquisa da MSC, passando de 39,8% para 42%. Lauro Campos (PT) continua em segundo lugar mas perdeu um ponto percentual caindo de 12,5% para 11,4%. Lindberg Cury (MLP) também caiu, passando de 8,4% para 7,9%. Pompeu de Souza (Frente Popular) subiu. Foi de 4,6 para 5,6%. O número de indecisos para a disputa ao Senado caiu de 26,3% para 25,6%.

Críticas

O candidato Joaquim Roriz criticou ontem a postura "agressiva" do seu adversário na disputa pelo Buriti, Elmo Serejo Farias (Movimento Liberal Progressista), dizendo:

Esquema de Ornellas é sua equipe

José Ornella pretendia repetir na Câmara Legislativa o mesmo esquema de governo empregado durante sua gestão na administração do Distrito Federal: manter uma equipe a serviço da comunidade. Foi assim que ele, em dois anos e oito meses de gestão no Palácio do Buriti, quando realizou importantes obras para a população brasiliense.

Hoje, Ornella disputa uma das 24 vagas de deputado distrital, nas próximas eleições, pelo Movimento Liberal Progressista.

Além de ter sido o precursor no assentamento das famílias residentes nas invasões de Brasília, com a destinação de casas populares a mais de 15 mil famílias, através do Programa de Assentamento Populacional (Pape). Com vistas a racionalizar os assentamentos populacionais, Ornella apresentará na Câmara Legislativa, projeto de Lei visando permitir o assentamento das famílias carentes apenas em áreas dotadas com infraestrutura urbana.

O candidato do PL tenciona também avançar na questão da preservação do meio ambiente, a exemplo do que fez em seu governo, quando foram criados o Jardim Botânico, as Áreas de Proteção Ambiental (Apas) dos rios Deserto e São Bartolomeu. "A preservação do meio ambiente é fundamental para manter a qualidade de vida das populações urbana e rural em todas as partes do mundo", afirmou Ornella.



Preocupação com a ecologia